

# Diário do Legislativo de 30/08/2005

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - 41ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

##### 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

#### 2.1 - Plenário

#### 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Plenário

#### 3.2 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 25/8/2005

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Luiz Fernando Faria

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.735/2004; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.918/2004; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.069/2005; discurso do Deputado Weliton Prado; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; discursos dos Deputados Weliton Prado, André Quintão, João Leite, Gustavo Valadares e Rogério Correia; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 3; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.184/2005; aprovação - Questão de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Rogério Correia - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Biel Rocha - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Dalmó Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Edson Rezende - Ermano Batista - Fahim Sawan - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Márcio Kangussu - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Olinto Godinho - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Ricardo Duarte - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Luiz Fernando Faria, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 1.575/2004 e 2.113/2005, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, bem como os Projetos de Lei nºs 1.760 e 1.916/2004, que receberam emendas na referida reunião e foram devolvidos às Comissões de Defesa do Consumidor e de Saúde, para parecer.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.735/2004, do Deputado Laudelino Augusto, que dispõe sobre a divulgação obrigatória de informações em placas de inauguração de obras públicas e dá outras providências. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.735/2004 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.918/2004, do Deputado Célio Moreira, que torna obrigatório equipar com aparelho desfibrilador cardíaco os locais, os veículos e os estabelecimentos que menciona. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.069/2005, do Deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre o Programa Estadual de Acessibilidade nas escolas públicas e privadas de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado\* - Sr. Presidente, esse projeto é de suma importância, pois trata da acessibilidade nas escolas públicas e privadas de Minas Gerais. É um grande absurdo o Estado de Minas Gerais possuir 853 Municípios e, infelizmente, não ter sensibilidade com os portadores de deficiência física e de necessidade especial. O projeto resolverá esse problema.

A nossa dúvida é com relação ao substitutivo apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Educação apresentou as Emendas nºs 1 a 3 ao substitutivo.

### Questão de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, solicito a suspensão dos trabalhos por 3 minutos, para analisarmos o substitutivo da Comissão de Justiça. Caso o substitutivo altere significativamente o projeto, poderá dificultar que a acessibilidade se torne realidade nas escolas públicas e privadas do Estado.

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Weliton Prado, vai suspender a reunião por 5 minutos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir o projeto, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado\* - Sr. Presidente, agradeço à assessoria da Mesa. As adequações da Comissão de Constituição e Justiça vieram para ajustar o projeto no aspecto da legalidade. Na legislação não se pode instituir um programa que obrigue o Estado a oferecer condições de acesso e utilização de suas instalações a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, com prazo de cinco anos.

É um projeto muito importante. Sabemos que o prazo é longo, mas é necessário compreendermos a realidade do Estado. Esperamos que, nesses cinco anos, o governo cumpra a legislação, pois essa é uma lei muito importante.

Parabenizo o Deputado Gustavo Valadares, pois o projeto de lei tem por objetivo minimizar as dificuldades de acesso aos estabelecimentos de ensino do Estado, adequando-os às normas técnicas para o uso e a locomoção dos portadores de deficiência ou mobilidade reduzida.

A proposição vai ao encontro de uma tendência nacional de enquadramento dos prédios, públicos ou privados, ao acesso de seu uso, de forma plena, pelos portadores de deficiência ou dificuldade de locomoção.

O governo do Estado sancionou, em janeiro deste ano, a Lei nº 15.426, que estabelece condições para o repasse de recursos pelo Estado aos Municípios, para o programa de urbanização, ficando estes condicionados à previsão, no projeto correspondente, de facilidade de acesso, por deficientes, a logradouros urbanizados, podendo utilizar os equipamentos porventura existentes.

Trata-se de um projeto muito bom, e acompanharemos sua implementação, já que visa à acessibilidade dos portadores de deficiências físicas e necessidades especiais a todas as escolas públicas e privadas do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Em nome do Bloco PT-PCdoB, encaminhamos favoravelmente ao projeto, uma vez que ele busca facilitar o acesso de deficientes às escolas, estando, portanto, rigorosamente integrado na perspectiva da escola inclusiva.

Apelo para que o veto ao projeto de lei, que apreciamos e aprovamos nesta Casa, estabelecendo isenção do ICMS para deficientes visuais e autistas, seja objeto de análise sensível por parte desta Assembléia. Há várias grandes empresas que gozam do benefício da isenção e da renúncia fiscal. Acabou de chegar uma mensagem concedendo regime especial de isenção para a Usiminas, e o Governador vetou o projeto que estende a isenção do ICMS aos cegos e autistas. Tenho certeza de que se tratou de um veto malfeito tecnicamente e de que o Governador não se apercebeu de seu alcance social. Assim como hoje aprovamos o importante projeto do Deputado Gustavo Valadares, que revejamos a posição do Governador, já que a Assembléia votou, por unanimidade, favoravelmente ao projeto.

Com a mesma preocupação social, de acolhimento nas escolas, há um projeto, de minha autoria, que nelas estabelece o serviço social. Há nas escolas públicas um recrudescimento de ações violentas, de problemas relacionados ao tráfico de drogas; e, pelo lado positivo, muitas famílias cujas crianças recebem a bolsa-escola ou a bolsa-família. É importante que o quadro técnico dessas escolas conte com o auxílio do serviço social.

Hoje estaríamos realizando, na Comissão de Educação, uma audiência pública para tratar do assunto. Agradeço ao Deputado Doutor Viana ter acolhido nosso requerimento. Parece-me que há uma resistência injustificada, por parte da Secretaria de Estado de Educação, em fortalecer o serviço social nas escolas. Hoje realizaríamos uma audiência pública, mas, como a Comissão de Administração Pública realizará importante audiência a respeito das tabelas salariais do funcionalismo, transferimos essa audiência para o dia 22 de setembro. Apelo à assessoria técnica do governo nesta Casa para que olhe com carinho a questão, sabendo que por trás de um projeto há vidas humanas, famílias pobres e crianças envolvidas no tráfico. Apelo para que o governo do Estado, por meio de seus vários órgãos, analise os projetos dos Deputados. Não podemos aprovar somente os projetos do Governador.

O projeto que estabelece o serviço social nas escolas tem tido grande impacto. Há Municípios que aprovaram a lei antes da Assembléia, instituindo o serviço social nas escolas municipais. Aqui em Minas parece haver uma resistência não permitindo que o projeto prospere.

Quero pedir ao Líder do Governo que, até o dia 22/9/2005, os órgãos estaduais olhem, com muito carinho, esse projeto de lei. Assim, os profissionais da educação poderão fazer muito do ponto de vista pedagógico, dotando as escolas de serviço próprio, principalmente de apoio às famílias dos estudantes.

Quanto ao projeto do Deputado Gustavo Valadares, encaminhamos a votação favoravelmente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite\* - Creio que V. Exa. foi feliz ao nos dar tempo para discutir, solicitação feita pelo Deputado Weliton Prado. Vimos que a Comissão de Justiça da Assembléia teve muito cuidado com o projeto do Deputado Gustavo Valadares. O substitutivo apresentado pelo Deputado Gilberto Abramo veio a contribuir com o projeto, assim como o relatório da Deputada Ana Maria, apresentado na Comissão de Educação. Tivemos oportunidade de ver como ficou o projeto no 1º turno; ele foi aprimorado tanto na Comissão de Constituição e Justiça quanto na de Educação. É claro que merece a aprovação do Plenário da Assembléia esse projeto, do Deputado Gustavo Valadares, que vem dar ao nosso Estado a idéia de uma escola que inclui os portadores de deficiência.

Gostaria de dizer que o governo Aécio Neves tem dado exemplo de sensibilidade, especialmente naquilo que é sua responsabilidade. Temos um conjunto de obras em andamento. Isso resultou de um acordo feito no governo passado e cumprido pelo Governador Aécio Neves. Na Secretaria a cuja frente estive, tínhamos compromisso de várias obras a cumprir. Iniciamos as obras pelo Mineirão, criando espaço para que o portador de deficiência acompanhasse os jogos. Este governo é totalmente preocupado com o portador de deficiência. É claro que, em relação à nota enviada pela Secretaria de Fazenda, atendendo a dispositivo do Confaz, devemos buscar o entendimento com o Executivo, dada a importância de se conceder aos portadores de deficiência visual, aos autistas, a possibilidade de compra de seu automóvel. Isso só é possível devido à dispensa do pagamento do ICMS. Sem dúvida, esse é um projeto importante apresentado pelo Deputado André Quintão.

Antes de conceder aparte ao Deputado Miguel Martini, devo dizer que, neste governo, foram desativadas as duas instalações do que lembrava a Febem no Estado. Tínhamos portadores de sofrimento mental numa fazenda em Bom Despacho. Todos os 91 voltaram para suas famílias, recebendo, por meio do programa estruturador do governo do Estado, o Programa nº 31, de inclusão social de famílias vulnerabilizadas, benefícios de prestação continuada. Todos estão hoje ou com suas famílias ou em casas-lares, já que o Estado tem 60 casas-lares. Não se pode dizer que este governo é insensível ao problema do portador de deficiência. Além de tudo isso que foi feito em Bom Despacho, no Horto tivemos também a desativação do espaço da Febem.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Nobre Deputado João Leite, desejo somar-me a V. Exa. por suas palavras, ditas com toda autoridade, porque, enquanto estive à frente da Sedese, não só fez um trabalho brilhante, conquistando avanços significativos, como também percebeu que todas as demandas da área social, especialmente quanto aos portadores de deficiência, foram muito bem acolhidas pelo Governador. Isso possibilitou que V. Exa. fizesse uma verdadeira revolução à frente daquela Secretaria. Informo ao Deputado que me antecedeu e que disse que o governo não tem sensibilidade que esse é um problema de interesse do governo do Estado. Há uma legislação que depende do Confaz. Enquanto este não autorizar, o governo do Estado não pode...

Quero dar um testemunho, Deputado João Leite. V. Exa., que acompanhava o Ceasa, viveu um problema gravíssimo quanto ao ICMS da pêra e da maçã. Nos Estado do Sul, nosso concorrentes, havia a redução do ICMS para 8%, e em Minas Gerais ainda estávamos com os 18%. Os produtores deixavam de trabalhar, em Minas Gerais, e as importações não ocorriam mais. Havia uma perda de receita significativa para o Estado de Minas Gerais, e os comerciantes do Ceasa tinham dificuldades de concorrer com eles. Reuni esse grupo, fomos à Secretaria de Fazenda, e, ontem, tivemos a solução. Levaram o problema para o Confaz, que ficou de acordo, e o governo de Minas não reduziu para 8%, mas para 0% o imposto que incidia sobre a pêra e a maçã. Sabem o que isso significa? Geração de emprego em Minas Gerais e melhores condições para que o preço baixe para o consumidor, possibilitando a vinda daqueles que investiam no Paraná, em Santa Catarina e em outros Estados principalmente para a região de Barbacena, que possui um clima ideal para essa produção.

Portanto, há uma sensibilidade do governo, que não está interessado apenas em arrecadar, insensível às demandas que podem trazer benefícios para a sociedade. Mas há uma regra, e o governo do Estado não pode agir à revelia do Confaz. Então, o governo do Estado tenta junto ao Confaz a redução do ICMS para os portadores de deficiência, a fim de atender a essa demanda, porque tem interesse nisso, e o valor não é tão significativo assim. O problema não é de insensibilidade, mas apenas legal. Se ele for superado, sem dúvida nenhuma, teremos em Minas Gerais também esse benefício para os portadores de deficiência. Obrigado pelo aparte, Deputado João Leite.

O Deputado João Leite\* - Obrigado, Deputado Miguel Martini, por trazer esse enriquecimento para a nossa rápida fala. Nesta manhã, a Assembléia Legislativa novamente tratou de um tema importantíssimo e de interesse de todas as famílias de Minas Gerais. A iniciativa, o

projeto do Deputado Gustavo Valadares, deu oportunidade de se estabelecer um debate rico, e tivemos agora a contribuição do Deputado Miguel Martini. Temos pela frente essa questão dos portadores de deficiência visual e dos autistas. Este Plenário vai se manifestar quanto a esse veto, e é também importante dizer que, quando o Governador Aécio Neves foi Secretário do ex-Presidente Tancredo Neves, instalou a Coordenadoria de Apoio ao Deficiente.

Então, não há que se falar em sensibilidade da parte do Governador, que possui uma história ligada ao portador de deficiência. O Deputado Miguel Martini lembrou muito bem que o Governador é totalmente sensível a essa questão. Tive oportunidade de participar de uma reunião com o Governador e com a Promotora de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência.

Enfim, aproveito a discussão desse projeto para deixar o nosso testemunho pessoal e o nosso entendimento acerca da sua importância. É preciso que, a cada dia, construamos um Estado inclusivo, que dê oportunidade às pessoas portadoras de deficiência. Sem dúvida, nesse projeto há uma grande participação da Comissão de Justiça. A princípio, achamos que ela havia entrado no mérito do projeto, mas não foi o caso. Contribuiu, assim como a Comissão de Educação, com o parecer da nobre Deputada Ana Maria Resende.

Sr. Presidente, apresento a nossa posição favorável à aprovação desse projeto, do substitutivo e das emendas apresentadas pela Deputada Ana Maria Resende. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o projeto, o Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares\* - Sr. Presidente, serei breve. Quero apenas agradecer as palavras dos Deputados André Quintão, Weliton Prado, João Leite e Miguel Martini, que encaminharam favoravelmente a votação desse projeto, de suma importância para o Estado de Minas Gerais e - por que não dizer? - para o País.

Esse projeto inicia a correção de um erro histórico do País no tocante ao tratamento que temos dispensado aos deficientes físicos. Tenho certeza de que as escolas de Minas, sejam elas públicas, sejam elas privadas, terão tempo suficiente para readequar-se e oferecer aos deficientes físicos as mesmas condições de acessibilidade dos demais alunos da nossa rede educacional.

Então, Sr. Presidente, agradeço a participação de todos. Esse projeto, na verdade, é um exemplo de como é feito o trabalho do parlamentar nesta Casa. Iniciou a sua tramitação na Comissão de Justiça; teve lá aprovado o substitutivo para aperfeiçoá-lo; depois, com a Deputada Ana Maria Resende, relatora na Comissão de Educação, foi mais uma vez aperfeiçoado.

Portanto, agradeço a todos os companheiros que participaram da formulação desse projeto e a todos que encaminharam favoravelmente a sua aprovação. Tenho certeza de que hoje iremos aprová-lo em 1º turno e, na próxima semana, já o estaremos votando em 2º turno e de que o Governador irá sancioná-lo. Assim, iniciaremos a correção de um erro histórico, que é o tratamento dispensado por parte de todos nós, membros do parlamento estadual e na esfera federal, aos deficientes físicos. Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o projeto, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, quero também congratular-me com o Deputado Gustavo Valadares, pelo projeto e por sua sensibilidade. Esse projeto facilitará o acesso a escolas públicas e privadas de Minas Gerais aos que necessitam de mecanismos. O nosso Líder, Deputado André Quintão, já apresentou o nosso posicionamento favorável.

O projeto do Deputado Gustavo Valadares vem corroborar outros que estabelecem acesso às universidades públicas daqueles que são deficientes não só do ponto de vista físico, mas também da possibilidade de ingresso. O Presidente Lula, com toda a sua sensibilidade em relação à questão educacional - V. Exa. sabe bem disso -, enviou ao Congresso Nacional, por intermédio do Ministro Tarso Genro, hoje Presidente do PT, um projeto de lei que cria o Pró-Universidade, pelo qual se vislumbra o aumento de vagas nas universidades públicas - pretende-se dobrá-las - e que possibilita que nas escolas particulares exista uma cota de que o governo se responsabilizará para a entrada de negros, deficientes físicos e índios.

Dessa forma, aqueles e os mais pobres de fato terão acesso à universidade pública. São projetos coincidentes, que se preocupam tanto com a acessibilidade física quanto com a possibilidade de entrada nas universidades dos setores que têm menos condições. É um tema importante, que visa à melhoria da educação pública, visa à inclusão de todos na escola pública e na escola privada, e vem também ao encontro de uma discussão que teremos daqui a pouco na Casa, por meio da Comissão de Administração Pública, que diz respeito às tabelas salariais relacionadas à educação pública básica e à de ensino superior enviadas pelo governo e também às tabelas relativas à saúde. O debate estava marcado para acontecer no Plenarinho IV. Posteriormente, transferiu-se a discussão para o Auditório, mas, pelo que sabemos, um número muito grande de funcionários públicos quer participar dessa discussão, Deputado Gustavo Valadares, além, creio, de todos nós, Deputados.

Aproveito a presença do Presidente Mauri Torres para solicitar a realização desse debate aqui no Plenário hoje, visto que já estamos terminando a pauta; há apenas dois projetos para serem votados. Seria mais fácil para que os funcionários assistissem a esse debate e para que os Deputados participassem das explicações do Secretário Anastasia de maneira mais confortável e com acesso de todos a esse debate. Peço ao Presidente Mauri Torres que façamos esse debate aqui no Plenário. Teríamos melhor acesso, seríamos menos pressionados e acho que o próprio Secretário Anastasia poderia, com mais tranquilidade, dar essas explicações sobre as tabelas existentes, cujo conteúdo tanto os trabalhadores da educação quanto os trabalhadores da saúde vieram aqui para discutir. Penso que falo isso em nome de todos os Deputados presentes, porque realmente, no Auditório, até para a presença de todos os Deputados que estão aqui e para os que já estão lá, vai-se dificultar até nossa permanência, a elaboração de perguntas; além do que, os funcionários que vieram, convidados por esta Casa para assistir ao debate da Comissão de Administração Pública, certamente ficarão muito mais confortáveis aqui, com acesso muito melhor. São todos funcionários públicos que sabem que é um debate em que o Secretário vai fazer suas colocações, assim como os Deputados, e tenho certeza de que não haverá nenhum tipo de manifestação, a não ser as manifestações pacíficas que os servidores farão aqui. Faço este apelo ao Presidente da Assembléia para a realização desse debate aqui.

Queremos chegar a uma votação de preferência unânime das tabelas salariais, mas para isso precisamos contar bastante com a presença dos servidores públicos. Professores vieram de longe, até de Montes Claros, onde estão em greve na Unimontes. O Deputado Carlos Pimenta já abordou essa questão da greve da Unimontes. Eles vieram para cá para assistir e para conversar com o Secretário, para escutar o Secretário. Seria muito ruim que ficassem de fora do auditório. Acho que aqui teríamos, portanto, mais condições de fazer esse debate no nosso Plenário da Assembléia Legislativa; evidentemente, assim que terminasse a pauta.

Gostaria de pedir também aos Líderes dos partidos que reforçassem esse apelo, para fazermos com tranquilidade a grande discussão de hoje, que é a explicação do Secretário sobre as tabelas salariais e sobre as dúvidas dos sindicatos que estarão presentes à Mesa, as dúvidas dos Deputados sobre a questão da tabela salarial, na presença dos funcionários públicos, tanto da área da saúde quanto da área da educação, o que é sempre um prazer.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Quero cumprimentá-lo. Entendo que esta reunião de hoje é importante porque temos a presença dos servidores da área da educação e da área da saúde e também do ensino superior, aqui representado pela Unimontes.

Acho que é um momento em que vamos ouvir, mas os nossos funcionários terão direito a se manifestar, porque trata-se de uma luta em prol de melhores condições de trabalho. Essa reunião é a primeira de uma série. A Comissão de Educação irá ouvir os funcionários estaduais ligados à educação. Eu, como Vice-Presidente, e o Deputado Adelmo Carneiro Leão, como Presidente da Comissão de Saúde, garantimos uma reunião específica para a saúde. Espero que o Secretário de Saúde, Dr. Marcos Vinícius Costa, esteja presente, para corrigirmos alguma distorção e avançarmos numa discussão mais ampla, mais democrática. O Secretário Bilac Pinto também já garantiu a sua presença numa discussão com os professores e servidores das nossas duas universidades, a de Montes Claros e a do Estado de Minas Gerais. Serão reuniões mais específicas, que deverão acontecer na próxima semana.

Deputado Rogério Correia, quero apoiar as palavras de V. Exa. Essa reunião deveria ocorrer aqui no Plenário. Esta Casa participou ativamente das cobranças. Tivemos, ontem, uma reunião do PDT, o nosso partido, que está consciente da importância do momento. Se houver o consenso de que esta reunião deva acontecer em Plenário, terá o meu total apoio. Caso contrário, faremos no teatro. O importante é o resultado. Democracia é isto: é o direito de falar e de ouvir. O nosso funcionalismo, que espera há dez anos por um momento igual a este, deve opinar, propor e ceder, se for o caso, para chegarmos a um consenso. Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Rogério Correia - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Concordo com V. Exa. O Secretário Anastasia e os sindicatos convidados ficariam mais confortáveis em fazer o debate no Plenário do que em um local extremamente apertado. As dúvidas sobre as tabelas salariais são muito grandes. A propaganda do governo disse que haveria, de imediato, um reajuste. Mas, pela leitura que o sindicato fez e também pela minha leitura, não vimos reajuste, a não ser no ano que vem, com 5% que seriam descontados da tal da VTI, criada em substituição à tal da PRC. Até quando essa VTI persistirá? Quando tudo será incorporado ao salário, para não haver "penduricalho"? São muitas as dúvidas dos servidores. A propaganda dizia que tudo seria incorporado, que haveria uma melhoria salarial grande, que haveria um reajuste variando entre 15% e 20%, em alguns casos podendo chegar a 80%. As pessoas estavam com essa expectativa, e o Secretário vem aqui exatamente para explicar essa beleza que o governo mostra na televisão, mas que ainda não se sabe onde está escrito.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)\* - Deputado Rogério Correia, faço coro com V. Exa. quanto a essa proposta. Essa reunião deveria ser realizada em Plenário, para que o servidor possa participar de forma mais efetiva. Fico imaginando a indignação dos servidores, que estão totalmente desestimulados. Há dez anos não têm aumento e ainda são obrigados a ouvir a falácia de que estão tendo mais de 54% de reajuste. Não é verdade.

O governo do Estado divulga essa mentira não apenas em Minas Gerais. Já dissemos isso aqui diversas vezes. Divulga-a em todos os Estados da Federação. A população de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro deve dizer: "Nossa, em Minas está uma maravilha! De uma só vez, 54% de reajuste. Gostaríamos de ter um Governador desse jeito!". Afinal, isso mexe com a imaginação das pessoas.

A divulgação do governo do Estado não é para os servidores, mas para a população brasileira. Tenta trabalhar com o senso comum e jogar as pessoas contra os servidores, criando a cultura de que eles ganham muito bem. De certa forma, isso já está impregnado no pensamento dos brasileiros.

Os servidores, os estudantes e os pais têm de fazer um movimento conjunto para mostrar a realidade ao País. Basta mostrar os contracheques. Um P-1 ganha hoje R\$212,00, menos que o salário mínimo. É um salário de fome. A população de Minas Gerais tem de saber disso. É muito importante que se faça um trabalho de conscientização.

O parlamento e o governo são como o feijão: só funcionam na pressão. Por isso, é fundamental a de vocês nesta Casa para pressionar o governo do Estado.

Os servidores têm de fazer paralisação, sim, mas de forma criativa. A própria Secretária de Estado de Educação diz que é bom que os professores interrompam as aulas, porque, assim, os gastos com infra-estrutura e energia diminuem. Depois, fazem-se as fusões de turma e mandam-se servidores embora. Ela mesma disse isso.

Muitos pais, mesmo sem condição, passam os filhos para escolas particulares, e outras crianças deixam a escola, ficando sem estudar. Isso não é bom.

Vocês precisam ser criativos. Minas Gerais tem a maior malha rodoviária do País. Parem as estradas. Se pararem as estradas, pararão o Brasil. E servidores há em todos os Municípios do Estado.

As ações têm de ser objetivas para que o governo sinta na pele a situação de vocês. Já estamos indo para o quarto ano de promessa, e o governo sinaliza um aumento de 5% para o próximo ano, que ainda será descontado na VTI. Está fazendo uma simples incorporação da TRC e do abono de R\$45,00. Só que esse abono já existia. O governo cortou-o para o servidor que tinha dois cargos. Tirou com uma mão e deu com a outra. É fundamental a mobilização e a união da categoria. A categoria tem de pressionar. Afinal, 3,2% vão para o Ipsemg, que, por sua vez, oferece um atendimento péssimo, precário aos servidores. Aliás, o governo do Estado até queria extinguir esse atendimento. Na reforma administrativa, nosso Bloco trabalhou para diminuir as perdas, que seriam maiores.

O Projeto nº 2.069 é muito importante. Trata da acessibilidade às escolas públicas e particulares de Minas. Espero que o Governador, depois que o projeto for aprovado nesta Casa, tenha peito e coragem de sancioná-lo e cumprir a lei.

Muitas leis só ficam no papel. Exemplo é a aplicação de (...) que a Constituição determina que o governo faça na Uemg para pesquisa e extensão. Infelizmente, o governo não cumpre a determinação.

Obrigado, Deputado Rogério Correia, e parabéns à categoria, que, espero, continue na luta.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Weliton Prado. Faço coro com suas palavras.

Realmente, Sr. Presidente, a acessibilidade às escolas precisa ser abrangente.

Por isso, temos de discutir também as condições dos trabalhadores da educação, servidores públicos, para que a acessibilidade seja garantida, mas com qualidade. A acessibilidade por si, sem a garantia de qualidade no ensino público, sem a garantia ao servidor de condições para que, tendo todos acesso à escola, o ensino seja de boa qualidade, não vai fazer com que melhoremos a qualidade do ensino, que é o que todos os trabalhadores querem.

Quero ressaltar ainda que há outros servidores, como os do meio ambiente, para os quais nem a tabela chegou a esta Casa. Só nos chegaram as tabelas da saúde e da educação, ainda que com muitos problemas. Certamente, aqueles servidores para os quais as tabelas não chegaram vão querer saber do Secretário quando elas nos serão enviadas.

Também quero colocar desde já uma pergunta relativa a progressão e promoção. Havia o compromisso do Governador de pagar por habilitação aos trabalhadores da educação. Mas, como deve saber a Deputada Maria Tereza, professora e educadora como eu, no art. 22 se diz que poderá haver progressão ou promoção por escolaridade, etc. Quer dizer, a expressão é "poderá haver" e, em seguida, impõe-se uma série de outras condicionantes para uma possibilidade de progressão ou promoção. Meu entendimento é outro, e fiz uma emenda com os seguintes dizeres: "Haverá progressão ou promoção imediata ao servidor que comprovar escolaridade adicional nas hipóteses que se colocam". Acho que progressão e promoção têm de ser automáticas. Ou seja, o trabalhador que se empenhar para se formar, fazer um curso superior, um mestrado ou um doutorado, imediatamente passa a receber pelo esforço que empenhou para se aperfeiçoar. Acho que é assim que funciona na maioria dos Estados do Brasil. Em Belo Horizonte, quando eu era Vereador, fizemos um plano de carreira para a educação municipal e colocamos automáticas a progressão e a promoção, o que já existe nesta cidade há 15 anos e melhorou em muito a qualidade do ensino nesta Capital. Penso que o Estado tem plena condição de fazer o mesmo.

Mas esse é apenas um questionamento entre tantos outros. E podemos ver, pelo público presente nas galerias, servidores que são muito bem-vindos, que é muito melhor que façamos o debate aqui, e não no auditório. Agradeço a sensibilidade do Presidente, Deputado Mauri Torres, e de toda a Mesa, de que sou Vice-Presidente e de que faz parte o Deputado Luiz Fernando, a qual, consultada, já autorizou que o debate seja realizado neste Plenário. Dessa forma, será possível a participação de todos os servidores, que, certamente, vão escutar, com toda a educação que nos é peculiar, que é da nossa própria origem, o Secretário Anastasia dar as suas explicações, os Deputados fazerem as perguntas, os sindicatos rebaterem o que for necessário, mas em um clima de democracia, que os servidores bem conhecem e que sempre exerceram no seu dia-a-dia. Assim, a realização no Plenário da Assembléia Legislativa do debate sobre a tabela salarial, que possibilita a participação dos senhores, já é uma conquista.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Quero parabenizar V. Exa., que tem sido um grande guerreiro em prol do funcionalismo. Saúdo os servidores da Casa e todos os servidores do Estado que aqui comparecem.

Serei breve, para não atrasar mais a nossa reunião, dizendo que faço coro com as manifestações de V. Exa. Temos de promover um debate claro e transparente, para o que é muito importante a presença do Secretário, pois precisamos fazer uma reflexão profunda sobre as questões relativas aos planos de carreira da saúde e da educação e aos outros que chegarão. Ontem mesmo, na Comissão de Constituição e Justiça, aprovamos imediatamente o parecer, para não atrasar mais a tramitação desses projetos que, com certeza, serão discutidos e aprovados, com a participação dos servidores junto ao governo do Estado. Parabenizo V. Exa., na certeza de que estaremos prontos para debater e conhecer os planos de carreira dos servidores, particularmente daqueles que estarão aqui. Muito obrigado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* - Cumprimento o Deputado Rogério Correia pela sua luta em defesa dos servidores públicos, sobretudo no caso específico dos setores de saúde e educação. Estamos juntos nesse processo. As Comissões de Participação Popular e de Educação, em conjunto, também aprovaram uma iniciativa de V. Exa. para debater o assunto. Brevemente estaremos nessa audiência pública. Os servidores e os sindicatos têm que continuar participando do processo para conquistar seus direitos.

Ontem, na Comissão de Justiça, questionou-se a possibilidade de o reajuste ser feito em julho, considerando-se a legislação eleitoral. O Bloco PT-PCdoB apresentou uma emenda para que o reajuste seja antecipado para abril de 2006. Essa questão tem que ser resolvida pelo Governador, que tem que enviar uma emenda para resolver sobre a legalidade do projeto. Cumprimos todos os servidores que estão lutando por seus direitos. Muito obrigada.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. O Bloco PT-PCdoB tem-se colocado, desde o primeiro momento, a favor de uma discussão mais apurada sobre a tabela enviada a esta Casa. Nas nossas andanças pelo Estado, encontrando-nos com os servidores públicos dos setores da educação e da saúde, temos clareza da frustração que sentem com a vinda da tabela para esta Casa. Há uma grande frustração em relação aos índices da tabela. A presença dos servidores no Plenário traz a energia necessária para uma discussão mais apurada. A presença de vocês significa dizer que estamos insatisfeitos com a tabela. Esperamos 12 anos, e a tabela não nos atende. Precisamos melhorá-la. Manifestamos o apoio do Bloco PT-PCdoB aos servidores. Parabéns pela movimentação. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Edson Rezende. Sr. Presidente, posicione-me favoravelmente, assim como a Bancada do PT, ao Projeto nº 2.069/2005, em discussão, do Deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre o programa estadual da acessibilidade nas escolas públicas e privadas de Minas Gerais. Nosso voto será favorável.

Em relação ao aparte do Deputado Edson Rezende, quero dizer a V. Exa. e aos servidores que nos visitam que teremos a audiência pública no Plenário principal da Casa.

Sinceramente, espero que essa tabela tenha sido apenas um início de conversa, pois ouvi que é muito tímida, o reajuste não existe, as incorporações não foram feitas na totalidade. As críticas às tabelas, tanto da saúde quanto da educação, são muitas. Tomara que o Secretário nos traga hoje notícias melhores dizendo que foi apenas uma tabela inicial para ser discutida com o sindicato. Realmente, os índices são muito frágeis para quem, como uma professora de 1ª a 4ª séries, ficou, durante os três anos do governo Aécio Neves, com um salário de R\$212,00, menor que o salário mínimo. Quem passou três anos recebendo menos que o salário mínimo merece hoje uma palavra de alento do Secretário. Todos torcemos para que isso aconteça.

Agradeço ao Presidente Mauri Torres; à Mesa da Assembléia, da qual fazemos parte, juntamente com o Deputado Luiz Fernando Faria, pela compreensão quanto a trazer o debate para o grande Plenário, para que os servidores participem do que dirão o Secretário e os sindicatos e possam, democraticamente, fazer pressão para que a tabela melhore e seja digna dos trabalhadores em educação e saúde, que prestam tão bons serviços para o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Fernando Faria) - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.069/2005 na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.184/2005, do Governador do Estado, que altera a alínea "f" do inciso I do art. 4º da Lei nº 13.687, de 27/7/2000, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão do Trabalho.

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, aproveitando o encerramento desta fase, solicito que verifique se as seguintes pessoas estão nas galerias, porque são integrantes da Mesa: Maria Inês Camargo, Mônica Abreu, Maria Márcia Bicalho Noronha, Geraldo Antônio, Renato Barros e Antônio Augusto de Jesus. Essas pessoas, por estarem incorporadas à Mesa, devem dirigir-se ao Plenário. Obrigada, Sr. Presidente, por sua concessão.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Participação Popular NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 25/6/2004

Às 9h15min, comparecem no Cine Januária os Deputados Laudelino Augusto, membro da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, e André Quintão, membro da Comissão de Participação Popular. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião dessas Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a questão ambiental da Bacia do Rio Pandeiros. A seguir, o Presidente registra a presença dos Srs. Célio Murilo de Carvalho Valle e Hudson Freitas de Carvalho, respectivamente Diretor de Pesca e Biodiversidade e Supervisor Regional do IEF; Alberto Luiz Ferreira, Extensionista Local da Emater; Hamilton dos Reis Sales, Presidente do Conselho Gestor da Bacia Hidrográfica do Rio Pandeiros; José Robério Alves de Almeida, Membro da Caritas Diocesana de Januária, e Ronaldo Lucrécio Sarmento, Professor do Curso de Geografia e Representante do Ceiva, os quais são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Deputado André Quintão faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, informa que a próxima reunião será convocada através de edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2005.

Carlos Gomes, Presidente - André Quintão - Biel Rocha.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 61ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 30/8/2005

##### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.271/2003, do Deputado João Bittar, que cria o cadastro único de organizações não governamentais e sem fins lucrativos no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.848/2004, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de toxoplasmose no Sistema Único de Saúde - SUS - no Estado e pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.859/2004, da Deputada Cecília Ferramenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ipatinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.935/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a produção, a comercialização e a distribuição de listas telefônicas no Estado. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.991/2004, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 30/8/2005

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.422/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: Debater a pesquisa agropecuária e extensão rural no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 30/8/2005

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.298/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.335/2005, da Deputada Maria Olívia.

Requerimentos nºs 5.199/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 5.213 e 5.214/2005, do Deputado Carlos Gomes; 5.217/2005, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 30/8/2005

#### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.348/2005, do Deputado Ivair Nogueira; 2.400 e 2.430/2005, da Deputada Lúcia Pacífico; 2.141/2005, do Deputado Fahim Sawan; 2.269/2005, do Deputado José Milton; 2.334/2005, do Deputado George Hilton; 2.448/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.457/2005, do Deputado Miguel Martini; 2.494/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.499/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.504/2005, do Governador do Estado; 2.533/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria; 2.534 e 2.535/2005, do Deputado Marlos Fernandes; e 2.542/2005, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.345/2005, do Deputado José Milton; 2.206/2005, do Deputado Mauri Torres; 2.392/2005, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.402/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.423/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.456/2005, do Deputado Célio Moreira; 2.474 e 2.476/2005, do Deputado André Quintão; 2.478/2005, do Deputado Antônio Júlio; 2.483 e 2.484/2005, do Deputado Célio Moreira; 2.486, 2.487 e 2.488/2005, do Deputado Durval Ângelo; 2.489/2005, da Deputada Elisa Costa; 2.490/2005, do Deputado Gustavo Corrêa; 2.491/2005, do Deputado Irani Barbosa; 2.495/2005, do Deputado Padre João; 2.496/2005, do Deputado Paulo Piau; 2.502, 2.503, 2.505 e 2.506/2005, do Governador do Estado; 2.508/2005, do Deputado Leonardo Moreira; 2.510/2005, do Deputado Luiz Fernando Faria; 2.511/2005, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.512, 2.513 e 2.514/2005, da Deputada Maria Olívia; 2.516/2005, do Deputado Olinto Godinho; 2.520/2005, do Deputado Sebastião Helvécio; 2.521/2005, do Deputado Zé Maia; 2.522/2005, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.523/2005, do Deputado Dimas Fabiano; 2.524/2005, da Deputada Elisa Costa; 2.529/2005, do Deputado Dimas Fabiano; e 2.531 e 2.532/2005, do Deputado Laudelino Augusto.



Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 31/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar os pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 16ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo Na 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 31/8/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a situação em que se encontra o processo administrativo da Cachaça Havana no Instituto Nacional de Propriedades Industrial - Inpi.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão Especial das Estâncias Hidrominerais, a realizar-se às 10 horas do dia 1º/9/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, as dificuldades enfrentadas pelas estâncias hidrominerais do Estado no desenvolvimento de seu potencial turístico.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 30 de agosto de 2005, destinada a leitura e aprovação da ata da reunião anterior e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.271/2003, do Deputado João Bittar, que cria o cadastro único de organizações não governamentais e sem fins lucrativos no Estado; 1.848/2004, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de toxoplasmose no Sistema Único de Saúde - SUS - no Estado e pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg; 1.859/2004, da Deputada Cecília Ferramenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ipatinga o imóvel que especifica; 1.935/2004, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a produção, a comercialização e a distribuição de listas telefônicas no Estado; e 1.991/2004, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado; e à discussão e à votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 29 de agosto de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados os Deputados Roberto Ramos, Irani Barbosa, Paulo Cesar e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/8/2005, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se realizar audiência pública para obter esclarecimentos sobre as agressões sofridas por duas mães de detentos na Divisão de Tóxicos e Entorpecentes, nesta Capital, com a presença de convidados; e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2005.

Durval Ângelo, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados os Gustavo Valadares, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Dinis Pinheiro, Ricardo Duarte e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/8/2005, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.462/2005, do Governador do Estado, e a debater, com convidados, o referido projeto de lei que dispõe sobre as tabelas de vencimento básico das Carreiras do Grupo de Atividades de Saúde e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2005.

Fahim Sawan, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Vanessa Lucas e os Deputados Biel Rocha, Gil Pereira e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/8/2005, às 10h30min, no Salão Oficial, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e programar os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2005.

Domingos Sávio, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI da Mina Capão Xavier

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Biel Rocha, Antônio Júlio, Dinis Pinheiro, Domingos Sávio e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/8/2005, quarta-feira, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o Relatório Final, do Deputado Domingos Sávio, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 2005.

Márcio Kangussu, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Valadares, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Dinis Pinheiro, Ricardo Duarte e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/9/2005, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.460, 2.461 e 2.462/2005, do Governador do Estado, a debater o Projeto de Lei nº 2.461/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre as tabelas de vencimento básico das Carreiras do Grupo de Atividades de Educação Superior, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2005.

Fahim Sawan, Presidente.

### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

59ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

Discursos Proferidos em 24/8/2005

O Deputado Sebastião Helvécio - Sr. Presidente Mauri Torres, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ocupamos a tribuna nesta tarde de hoje com o objetivo maior de celebrar o aniversário de morte do ex-Presidente Vargas. Em razão da importância da data, queremos obter o apoio dos nobres pares desta Casa para duas atitudes que hoje formalizamos em homenagem ao nacionalismo, uma marca do saudoso Presidente Getúlio Vargas.

A primeira consiste na apresentação de um projeto de lei que institui, no Estado, o dia de conscientização da carga tributária. Essa é uma discussão que pretendemos implementar cada vez mais neste Parlamento, com o objetivo de dar conhecimento à população do impacto da carga tributária do Brasil em sua vida e, conseqüentemente, ficar mais atenta aos percentuais.

Para isso, Sr. Presidente, estamos utilizando os Estudos Tributários nº 14 da Receita Federal: a Coordenação-Geral de Política Tributária, que apura a relação entre a arrecadação tributária bruta e o produto interno de nosso país, mostrando um crescimento cada vez maior, que chega, no ano de 2004, a 35,91% do PIB.

A segunda providência de nosso mandato com relação ao aniversário do Presidente Getúlio Vargas consiste em incentivar os Deputados a

caminharem conosco na implantação de uma frente parlamentar a favor do desenvolvimento e contra os altos juros vigentes no País. Acredito que a data é simbólica, porque o Presidente Vargas retrata o primeiro momento histórico do desenvolvimento do Brasil.

Relembro o poeta de minha terra, Murilo Mendes, que sempre destacava que "As palavras vestem o pensamento".

Talvez, na literatura brasileira e mesmo na internacional, não encontremos uma palavra tão adequada quanto a palavra "desenvolver", no sentido de deixar envolver e permitir que as pessoas possam ter uma qualidade de vida crescente.

Para registrar o legado de Vargas, busquei um texto do nosso querido Prof. Darcy Ribeiro, para que principalmente a nossa juventude possa conhecer um pouco o perfil e a importância de Getúlio Vargas para a sociedade brasileira. (- Lê:)

"Getúlio Vargas foi o maior dos estadistas brasileiros. Foi também o mais amado pelo povo e o mais detestado pelas elites. Tinha de ser assim. Getúlio obrigou o nosso empresariado urbano de descendentes de senhores de escravos a reconhecer os direitos dos trabalhadores. Os políticos tradicionais coniventes, se não autores da velha ordem, banidos por ele do cenário político, nunca o perdoaram.

Os intelectuais esquerdistas não se consolam por terem perdido para Getúlio a admiração e o apoio da classe operária. Com eles, o estamento gerencial das multinacionais. Getúlio foi o líder incontestado da Revolução de 1930. Tendo exercido antes importantes cargos, Getúlio pôde-se pôr à frente do punhado de jovens gaúchos, que, aliados a jovens oficiais do Exército - os tenentistas -, desencadearam a Revolução de 30. A única que tivemos digna desse nome, pela profunda transformação social modernizadora que operou sobre o Brasil.

No plano político, a Revolução de 30, proscreveu do poder os coronéis-fazendeiros com seus currais eleitorais e destituiu os cartolas do pacto 'café-com-leite', que faziam da República uma coisa deles. Institucionalizou e profissionalizou o Exército, afastando-o das rebeliões e encerrando-o dentro dos quartéis.

No plano social, legalizou a luta de classes, vista, até então, como um caso de polícia. Organizou os trabalhadores urbanos em sindicatos estáveis, pró-governamentais, mas antipatronais.

No plano cultural, renovou a educação e dinamizou a cultura brasileira. Getúlio governou o Brasil, durante quinze anos, sob a legitimação revolucionária, foi deposto e retornou, pelo voto popular, para mais cinco anos de governo. Enfrentou os poderosos testas-de-ferro das empresas estrangeiras, que se opunham à criação da Petrobras e da Eletrobrás, e os venceu pelo suicídio, deixando uma carta-testamento, que é o mais alto e o mais nobre documento político da história do Brasil".

Em homenagem a Vargas, tomo a liberdade de reler a sua carta-testamento. (- Lê:)

**"Mais uma vez, a forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.**

**Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios.**

Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas por meio da Petrobras, e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos, existiam fraudes constatadas de mais de US\$100.000.000,00 por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço, e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho esse meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos, e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma, e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História. Rio de Janeiro, 23/8/54. Getúlio Vargas."

Voltando, ainda, a Darcy Ribeiro. (- Lê:)"Vejam, por partes, os feitos de Getúlio. Logo após a vitória, estruturou o governo federal com seus companheiros de luta, como Oswaldo Aranha, aos quais se juntaram Francisco Campos, Gustavo Capanema, Pedro Ernesto e outros. Colocou no governo, também, seus aliados militares - Juarez Távora, João Allberto, Estilac Leal, Juracy Magalhães -, entregando a eles, na qualidade de interventores, o governo de vários Estados e importantes funções civis. Só faltaram dois heróis do tenentismo: Luís Carlos Prestes, porque havia aderido, meses antes, ao marxismo soviético, e Siqueira Campos, que morreu num acidente durante a conspiração.

O governo revolucionário criou o Ministério da Educação e Saúde, entregue a Chico Campos, fundou a Universidade do Brasil e regulamentou o ensino médio, em bases que duraram décadas. Criou o Ministério do Trabalho, que promulga, nos anos seguintes, a legislação trabalhista de base, unificada depois na CLT, até hoje vigente. Também o direito de sindicalizar-se e de fazer greve, o sindicato único e o imposto sindical que o manteria; as férias pagas; o salário mínimo; a indenização por tempo de serviço e a estabilidade no emprego; o sábado livre; a jornada de 8

horas; igualdade de salários para ambos os sexos.



Getúlio inspirou-se, para tanto, no positivismo de Auguste Comte, que já orientava a política trabalhista dos gaúchos, do Uruguai e da Argentina.

Oswaldo Aranha, à frente do Ministério da Fazenda, reorganizou as finanças, revalorizou a moeda nacional e negociou a velha e onerosa dívida externa com os ingleses, em bases favoráveis ao Brasil. Guerra de ideologias - dois anos depois da revolução vitoriosa, Getúlio enfrentou e venceu a contra-revolução cartola, que estourou em São Paulo, defendendo a restauração da velha ordem em nome da democracia.

Em 1934, convocou e instalou uma Assembléia Constituinte, que aprovou uma nova Constituição, inspirada na de Weimar. Com base nela, foi eleito Presidente Constitucional do Brasil. Getúlio teve de enfrentar, desde então, a projeção sobre o Brasil das ideologias que se digladiavam no mundo, preparando-se para se enfrentarem numa guerra total. De um lado, os fascistas de Mussolini, que se apoderaram da Itália, e os nazistas de Hitler, que reativaram a Alemanha, preparando-se para se espriarem sobre o mundo. Do lado oposto, os comunistas, comandados desde a União Soviética, com iguais ambições. A direita se organizou aqui com o Partido Integralista, que cresceu e ganhou força nas classes médias, principalmente na jovem oficialidade das Forças Armadas.

Os comunistas começaram a atuar nos sindicatos, estendendo sua influência nos quartéis. Ampliaram rapidamente sua ação, por meio da Aliança Nacional Libertadora, que atraiu toda a esquerda democrática e antifascista. Os comunistas conseguiram de Moscou, que apoiava uma política de aliança com todos os antifascistas do mundo, que abrisse uma exceção para o Brasil, na crença de que aqui seria fácil conquistar o poder, em razão do imenso prestígio popular de Prestes.

Desencadearam a Intentona, em 1935. Não só desarticulou e destroçou o Partido Comunista, mas também provocou imensa onda de repressão sobre todos os democratas, com prisões, torturas, exílios e assassinatos. O resultado principal da quartelada foi fortalecer enormemente os integralistas, abrindo-lhes amplas áreas de apoio em muitas camadas da população, o que lhes permitiu realizar grandes manifestações públicas, marchas de camisas verdes, apelando para toda sorte de propaganda, a fim de eleger Plínio Salgado Presidente da República.

Getúlio terminou por dissolver o Partido Integralista, assumindo, ele próprio, o papel de Chefe de um Estado Novo, de natureza autoritária. Quebrou o separatismo isolacionista dos Estados, centralizando o poder e ensejando o sentido de brasilidade.

Em 1939 estalou a guerra. Todos supunham que a propensão de Getúlio era de apoio às potências do Eixo, em função da posição dos Generais. Surpreendentemente, Getúlio começou a se aproximar da democracia, por intermédio de Oswaldo Aranha, que fez ver aos Aliados que Getúlio era propenso a apoiar as democracias. Não o fez de graça, porém. Exigiu dos Estados Unidos - como compensação pelo esforço de guerra que faria, cedendo bases em Belém e em Natal e fornecendo minério, borracha e outros gêneros - duas importantíssimas concessões. Primeiro, a criação de uma grande siderúrgica que viria a ser a Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN, matriz de nossa industrialização. Segundo, a devolução ao Brasil das reservas de ferro e manganês de Minas Gerais e da Estrada de Ferro Vitória-Minas, em poder dos ingleses. Com elas se constituiu a Companhia Vale do Rio Doce, que, nas décadas seguintes, teve um crescimento prodigioso.

Toda essa negociação se coroou quando Getúlio conseguiu que Roosevelt viesse a Natal, em sua cadeira de rodas, para conversar com ele, consolidando aqueles acordos e obtendo do Brasil a remessa de uma força armada para a batalha da Itália.

Com a vitória dos aliados na guerra, cresceu o movimento de redemocratização do Brasil, que logo se configurou como incompatível com a presença de Getúlio no governo. Ele tentou conduzir o processo e para isso criou, com a mão esquerda, o PTB, para dar voz política aos trabalhadores; e, com a mão direita, o PSD, para expressar os potentados da administração pública, com os quais governara.

Gerando desconfiança em todos, Getúlio finalmente caiu, num golpe militar encabeçado por Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, seu Ministro da Guerra. O governo foi entregue ao Supremo Tribunal Federal, que convocou e realizou eleições, nas quais se defrontaram, representando as forças nominalmente democráticas, o Brig. Eduardo Gomes e, na vertente oposta, o Gen. Gaspar Dutra. Ganhou Dutra, graças ao apoio de Getúlio, que vivia desterrado em sua fazenda de Itu, no Rio Grande do Sul. Simultaneamente, Getúlio se elegeu Senador, por São Paulo e Rio Grande do Sul, e Deputado Federal, pelo Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná.

Nas eleições de 1950, Getúlio se candidatou à Presidência da República, enfrentando Eduardo Gomes, mas encontrou um Estado destroçado e falido por Dutra, que, eleito por ele, governara com a direita udenista. Getúlio, logo depois de empossado, formulou o nosso primeiro projeto de desenvolvimento nacional autônomo, por meio do capitalismo de Estado, e um programa de ampliação dos direitos dos trabalhadores. Começou a lançar os olhos para a massa rural. A característica distintiva do seu governo foi, porém, o enfrentamento do capital estrangeiro, que ele acusava de espoliar o Brasil, fazendo com que recursos, aqui levantados em cruzeiros, produzissem dólares para o exterior, em remessas escandalosas de lucros.

Toda a direita, associada a essas empresas estrangeiras e por elas financiada, entrou na conspiração, subsidiando a imprensa, para criar um ambiente de animosidade contra Getúlio, cujo governo era apresentado como um mar de lama. Nesse ambiente, o assassinato de um major da Aeronáutica, que era guarda-costas de Carlos Lacerda, por um membro da guarda pessoal de Getúlio, no Palácio do Catete, provocou uma onda de revolta, assumida passionalmente pela Aeronáutica, na forma de uma comissão de inquérito, cujo objetivo era depor Getúlio.

A crise se instalou e progrediu até a última reunião ministerial, em que Getúlio constatou que todos os seus Ministros, exceto Tancredo Neves, viam como solução a sua renúncia. Ele havia recebido, por meio de Leonel Brizola, a informação de que podia contar com as forças militares do Sul do País. Mas, para tanto, seria necessário desencadear uma guerra civil. A solução de Getúlio foi o seu suicídio. Antes entregou a João Goulart a carta-testamento que acabamos de ler.

O efeito do suicídio de Getúlio foi uma revirada completa. A opinião pública, antes anestesiada pela campanha da imprensa, percebeu, de abrupto, que se tratava de um golpe contra os interesses nacionais e populares, que era a direita que estava assumindo o poder e que Getúlio fora vítima de uma vasta conspiração. Os testas-de-ferro das empresas estrangeiras e o partido direitista, que esperavam apossar-se do poder, entraram em pavor e refluíram. As Forças Armadas redefiniram sua posição, o que ensejou condições para a eleição de Juscelino Kubitschek.

O traslado do corpo de Getúlio do Palácio do Catete até o Aeroporto Santos Dumont foi a maior, a mais chorosa e a mais dramática manifestação pública que se viu no Brasil. Pode-se avaliar bem o pasmo e a revolta do povo brasileiro ante essa série de acontecimentos trágicos, que induziram seu líder maior ao suicídio, como forma extrema de reverter a seqüência política que daria fatalmente o poder à direita."

Essas são as palavras de Darcy Ribeiro, em 1994.

Encerrando, Sr. Presidente, quero dizer da atualidade dos temas aqui levantados. Neste momento em que o Brasil atravessa uma grave crise política, todos nós devemos ter a serenidade de entender que o essencial, o fundamental, é continuarmos a linha de desenvolvimento do nosso país. Não podemos permitir que muitas vezes, deturpando o sentimento nacionalista do nosso povo e o futuro grandioso do País, percamos esse compromisso inarredável com a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Prezados Deputados e Deputadas, imprensa, funcionários da Casa, pessoal que nos acompanha das galerias e pela TV Assembléia, Sr. Presidente, o assunto que abordarei diz respeito à audiência pública a ser realizada amanhã, dia 25 de agosto. Aproveito o momento para parabenizar o soldado mineiro e brasileiro, já que 25 de agosto é o Dia do Soldado. Por isso, reverencio e saúdo o soldado brasileiro, especialmente o soldado mineiro.

Amanhã, às 10 horas, a Comissão de Administração Pública se reunirá no Plenarinho IV. Avalio que a reunião deveria acontecer em local mais amplo, dada a sua importância. Contaremos com a participação do Secretário de Administração e Planejamento na discussão das tabelas salariais dos servidores estaduais da educação e da saúde, oportunidade em que se discutirá também a instituição da vantagem incorporável. Pensei em um espaço maior, pois, assim, poderemos evitar tumulto. Ademais, teremos maior liberdade para debater o assunto, e será possível acolher um maior número de pessoas, de funcionários interessados, que, certamente, virão.

Fui um dos primeiros autores de requerimento a solicitar audiência pública para discutir a questão da saúde e da educação. Pensei em realizar reuniões separadas, em virtude da importância de cada setor. No entanto, amanhã, a Comissão de Administração Pública discutirá, ao mesmo tempo, as questões da educação e da saúde, fato que nos deixa um pouco preocupados. Desejo que essa reunião seja a mais proveitosa possível. Espero que, durante a audiência, os Deputados, as entidades representativas da saúde e da educação e os funcionários públicos consigam elucidar suas dúvidas.

Ora, se as tabelas apresentam modificações na vida dos funcionários, é justo que dêem suas opiniões. Há outra categoria funcional que merece a nossa atenção: os funcionários designados da educação. Creio que o momento é oportuno para resolver a situação dos designados, pois eles caminham na "corda bamba", sem contarem, sequer, com o direito de se aposentar. Apesar de muitos já terem cumprido o tempo de serviço, continuam trabalhando sem nenhuma estrutura e não podem ficar à espera de uma decisão judicial.

É importante alertar que a situação do funcionalismo público, no que se refere aos baixos salários, vem se agravando há muitas décadas, já que nunca foi levada a sério, servindo, às vezes, de trampolim político para algumas lideranças mal-intencionadas. Isso não pode continuar acontecendo. Como Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, afirmo que os estudos para regularizar a situação dos funcionários públicos estão sendo realizados, com seriedade e determinação, pelo atual governo, mas não podemos deixar de considerar que, há cerca de 10 anos, o funcionalismo público de Minas Gerais não tem recomposição salarial.

Os professores estão passando necessidades, tendo em vista seus baixos salários. Os servidores da área da saúde também estão na mesma situação. Não poderia deixar de mencionar também a situação dos funcionários da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que estão com seus rendimentos extremamente defasados. Sabemos de uma negociação em curso para o aumento do funcionalismo desta Casa, mas acho que precisam ser atendidos com a devida urgência. Para isso, afirmo que o Presidente Mauri Torres pode contar com todo o meu apoio.

É necessária a implementação da recomposição salarial para os funcionários públicos, a qual não foi aplicada para os da ativa, muito menos para os aposentados. Nesse caso, gostaria de apelar para o senso de justiça do excelentíssimo colega e Presidente desta Casa, Deputado Mauri Torres, do querido Governador Aécio Neves e do competente Secretário Antônio Augusto Junho Anastasia. Peço a eles que estudem com carinho e muita atenção o caso do funcionalismo público mineiro. Creio ser este o momento apropriado, especialmente pelo fato de o governo de Minas já ter conquistado importantes vitórias, como a do déficit zero. Nosso Estado de Minas Gerais deverá seguir as tendências e modernizar-se, chegando a um consenso de novas idéias entre o poder público, como patrão, e seus funcionários.

Desta tribuna, faço um apelo que, espero, chegue ao Secretário de Estado de Defesa Social, Dr. Antônio Augusto Junho Anastasia. Desejo que ele, com toda sua equipe e competência, possa atentar para a gravidade da situação de segurança pública dos moradores de Venda Nova e Belo Horizonte, porque aconteceu outra fuga de presos da delegacia de polícia na semana passada. É a quinta fuga de presos neste ano.

Solicitei uma audiência pública, que ocorreu em junho do ano passado, para discutir o aumento da violência e insegurança na região de Venda Nova. Em diversas ocasiões, também marquei audiências e acompanhei os representantes do movimento Manifesto pelo Direito à Vida e Segurança e da Associação Comercial de Venda Nova quando falavam com o Delegado-Geral da Polícia Civil, Dr. Otto Teixeira, com o Subsecretário de Administração Penitenciária, Dr. Agílio Monteiro, e com o Secretário de Estado de Defesa Social, Dr. Antônio Augusto Junho Anastasia, oportunidades em que discutimos a gravidade da situação, e todos se mostraram sensíveis ao problema. No entanto, os presos continuam chegando cada vez mais à Delegacia de Venda Nova.

Estive presente na Delegacia e pude comprovar a necessidade urgente da transferência desses presos. O Delegado de Venda Nova, Dr. Wellington, não pode ser responsabilizado pelas fugas, tendo em vista as péssimas e até desumanas condições da estrutura física e dos próprios presos daquela Delegacia. A população de Venda Nova deseja a permanência do Delegado, que sempre realizou um trabalho competente no combate à criminalidade, só não quer mais o perigo de uma Delegacia que serve de carceragem. A maior prova disso é o terror vivido pela população de Venda Nova e região a cada nova fuga. A solução está demorando muito para chegar. Por isso, faço apelo ao Secretário Anastasia e tenho certeza de que, muito em breve, seremos atendidos.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)\* - Deputado Doutor Viana, quero cumprimentá-lo e me somar a V. Exa. na defesa dessas duas questões fundamentais. V. Exa. iniciou falando da importância e de como devemos nos unir, numa análise profunda, em relação à tabela salarial dos servidores públicos, na busca do seu aperfeiçoamento e na valorização do servidor público.

Ainda hoje, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, aprovamos dois requerimentos para que estejamos unidos amanhã nessa audiência pública. Faremos outras tantas quantas forem necessárias, e, ao mesmo tempo que debateremos, buscaremos alternativas para que o Estado de Minas Gerais possa ter, como outros Estados da Federação e Municípios, condições de valorizar o seu servidor. Na maioria das vezes, é o Município e o Estado que prestam o serviço direto à população, assim como acontece na segurança pública, segundo tema abordado por V. Exa.

Quero parabenizá-lo, mais uma vez, pela sua permanente disposição em debater e em procurar alternativas para assuntos tão relevantes para Minas Gerais. Comungo também a preocupação de que temos de encontrar alternativas para valorizar os nossos profissionais da educação e da saúde, e também para que haja mais investimentos na segurança pública.

Não podemos deixar de enxergar o óbvio, aquilo que o Brasil inteiro enxerga. Parece-me que, ontem, o Governador de Goiás, numa solenidade com a presença do Presidente Lula, disse que é inadmissível continuar na estaca zero, após dizer tantas vezes que é a favor do pacto federativo, de uma revisão desse pacto e de uma reforma tributária.

O Brasil continua com uma distribuição perversa de impostos, que vem de longa data e se perpetua. Isso precisa ser enfrentado. O País tem

mais de 70% de toda a sua arrecadação na mão da União, ficando o Estado e os Municípios com as migalhas. Quem sofre com isso é o servidor público, a segurança e, em última instância, todos os cidadãos, porque não há recursos suficientes para fazer um governo que atenda às demandas. No entanto, o dinheiro está sobrando em Brasília e sendo objeto de corrupção, de desvio, de obras faraônicas e de transposição do Rio São Francisco, sem um debate com o povo.

É preciso rever tudo isso. V. Exa., mais uma vez, trouxe dois temas importantes pelos quais me congratulo com V. Exa. Trago a observação de que temos de buscar as soluções, mas iremos cobrar. Ao mesmo tempo, é preciso que haja união, num grande mutirão nacional, por uma reforma tributária mais justa, para que o Município e o Estado possam ser melhor contemplados na distribuição do que o povo brasileiro paga de impostos. Muito obrigado, pelo aparte. Parabéns, mais uma vez.

O Deputado Doutor Viana - Agradeço o aparte, nobre colega Domingos Sávio.

Por fim, quero deixar registrado minha indignação e decepção com o que está acontecendo na atual política do nosso país. Partidos e políticos que se uniram em torno de uma chamada governabilidade, em que se engana o povo, usa-se distorcidamente e ilicitamente o dinheiro público, mentem descaradamente nos interrogatórios - às vezes, até com autorização legal -, desconhecem, por conveniência, o que vem ocorrendo, não assumem com clareza a situação, e perdem, com isso, a credibilidade.

Que bom que o Palocci deu declarações rápidas, firmes, até agora não contestadas, e convincentes. O mesmo até agora não foi feito pelo PT, e muito menos pelo Presidente Lula. Cobro dele não por ser pefelista, situação de Oposição, mas porque votei nele no segundo turno. Acreditei, como os mais de 50 milhões de brasileiros, que a esperança venceria o medo, mas vejo, também como tantas outras pessoas esclarecidas e grupos da sociedade, que isso não aconteceu.

Lula teve tudo para fazer as mudanças que o Brasil precisava, mas não o fez; e vem com explicações superficiais, irreais e não convincentes. É uma pena que a frustração tenha voltado a tomar conta do povo brasileiro e que a esperança tenha dado, de novo, lugar ao medo, medo este por toda essa falta de respeito por parte de políticos de todos os partidos - ou quase todos -, mas, principalmente, do partido que tanto pregou sobre ética, moral e respeito ao povo. Ninguém quer tirar Lula, mas queremos uma justificativa que nos convença, se é que isso é possível. Só Deus pode salvar este país.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)\* - Deputado Doutor Viana, parabeno-o por seu pronunciamento acerca da educação, da insegurança e da crise política que assola nosso país. Como cidadão e como agente político, externo minha tristeza, minha decepção e meu desencanto com a atual política.

V. Exa. tem razão, o medo retorna ao Brasil. A esperança vencera o medo, mas, agora, o medo está vencendo a esperança. Podemos perceber isso nos lares, nas ruas e nos sinais inequívocos de uma frustração popular intensa. No interior, nas ruas, nas escolas, nas reuniões comunitárias e em todos os lugares, a pergunta é uma só: "E o mensalão?". Precisamos resgatar a política, que é a arte do bem comum. A politicagem é que é rasteira, falsa, corrupta.

Quanto ao caixa dois dos políticos corruptos e traiçoeiros, é preciso separar o joio do trigo. O povo está cansado de fala bonita e quer ações. Temos de separar os políticos éticos dessa cachorrada, desse lamaçal espalhado em nosso país. Não pretendo jogar lama no Presidente Lula, que é bem-intencionado, mas está cercado de maus assessores, de lideranças que pensam apenas em si, não no povo. O povo está sabendo quem são essas pessoas.

Houve uma mobilização em Brasília, com sindicatos, organizações pró-governo. Isso não é uma manifestação espontânea. Pessoas que buscam emprego, que querem estudar, vão lá para gritar em defesa do nosso Presidente, em quem votei e em quem acredito. Todavia, estamos aguardando um pronunciamento de nosso Presidente. Não vemos vontade popular; o que vemos são pessoas sendo contratadas para irem a Brasília, sindicato pagando ônibus, lanche e oferecendo alguma ajuda para as pessoas irem lá. Isso não é espontâneo.

O povo está decepcionado, e o medo está tomando conta da esperança com que o Brasil tanto sonhava, desejando um país melhor. Esperamos que essa CPI não termine em pizza, que essas pessoas sejam enquadradas e que o processo eleitoral seja alijado de vez. Há muitos Deputados, Senadores, Vereadores, Prefeitos e Governadores bem-intencionados, fazendo política para o bem comum. Todavia, não podemos concordar com esse circo armado.

Deixo registrada minha frustração e decepção com o que está ocorrendo em nosso país no que diz respeito à politicagem, ao caixa dois, a essa lama. Se fosse outro Governo, que não o PT, estariam fazendo a maior bagunça, na tentativa de tirar essas pessoas de lá.

Mas todo o mundo, os políticos sérios e a sociedade esperam o momento certo para apontar e cobrar das pessoas. Imaginem se o PT estivesse na Oposição! O que estaria acontecendo neste Brasil?

Portanto, Deputado Doutor Viana, parabeno V. Exa. Em breve, espero subir nesta tribuna para denunciar e cobrar medidas que acabem com essa pouca-vergonha que assola o nosso país. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Lúcia Pacífico - Sr. Presidente, colegas Deputadas, colegas Deputados, assessores e jornalistas presentes, telespectadores da TV Assembleia, concordo com os oradores que me antecederam. Apesar de tudo, não podemos perder a esperança neste país. Diria a vocês que tudo passa. Por exemplo, setembro está chegando, e com ele se aproximam duas datas da maior importância para a defesa do consumidor, que são os 15 anos do Código de Defesa do Consumidor, dia 11 próximo, e os 22 anos de fundação do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, dia 13. Essa é uma ocasião propícia a avaliações, à reflexão, à tomada de novas decisões, ao estabelecimento de novas estratégias no propósito de perseguir os objetivos e alcançar as metas do Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor.

Pois bem, colegas Deputadas e Deputados, estou voltando de Belém, onde participei, a convite do Procon do Pará, como Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte desta Casa, do I Seminário em Defesa do Consumidor e do 17º aniversário do Procon daquele Estado. Na palestra que fiz, abordei a importância da organização da sociedade civil na proteção e defesa do consumidor. Aliás, essa organização é importante em todos os momentos, quer seja aqui ou em qualquer outro país do mundo. Deixei lá plantada, Srs. Deputados, a semente do Movimento das Donas de Casa e Consumidores do Pará, e até uma comissão provisória já organizada.

Durante os 22 anos de existência do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, dediquei-me ao bem comum e, ainda, a aprender, apreender e efetivar a proteção e a defesa dos direitos do cidadão consumidor. Todos esses anos trazem para mim e para todas as

minhas companheiras e companheiros de peleja a maturidade para compreender que é preciso expandir os limites dessa luta a todos os cantos de Minas e, por que não dizer, a todos os cantos do Brasil.

Os Estados do Norte e do Nordeste, especialmente, mostram absoluta carência de informações e iniciativas que objetivem a plenitude do exercício de cidadania. A sociedade civil ainda dá os primeiros passos em busca de uma organização que legitime a sua representatividade. E assim também ocorre no interior das nossas Minas Gerais, de terras tão extensas, mas de gente tão amável e vontade inquebrantável.

Quero então, Deputadas e Deputados, no momento em que nos preparamos para comemorar as datas de aniversário do Código de Defesa do Consumidor e do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, convidá-los a cerrar fileira conosco nessa luta, que não é só minha; afinal de contas, é de cada um de nós. Somos todos consumidores. Está nas nossas mãos vencer batalhas e conquistar avanços que permitam que as relações de consumo evoluam dentro dos mais rigorosos preceitos de respeito, de transparência, de harmonia e de direito.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputada Lúcia Pacífico, fiz questão de ouvir V. Exa. Hoje, de manhã, tive o prazer de cumprimentá-la e de manifestar o quanto sentimos sua ausência esses dias, sua constante permanência no Plenário, demonstrando sempre simpatia e lealdade e companheirismo com os pares desta Casa. Sinto-me feliz em ouvi-la. Minas Gerais esteve muito bem representada em Belém do Pará, com a sua experiência, dignidade política e, principalmente, determinação em defesa do Código do Consumidor.

Sem dúvida nenhuma, V. Exa. é a mulher-símbolo de todo o Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais. Além disso, já se tornou, não somente em Belo Horizonte, mas também em todo o Estado, a voz permanente, constante e séria em defesa das donas de casa, particularmente no Código do Consumidor.

V. Exa. tem uma trajetória maravilhosa, construída como Vereadora, mulher, mãe, esposa, avó e amiga de todos nós, e hoje colhe frutos, pois saiu de Belo Horizonte para representar o povo mineiro em Belém do Pará, que participa da sua experiência - aliás, já vivida conosco - e da sua trajetória de vida. Colhe frutos também de tudo que realizou por meio de leis, audiências públicas, decisões. Além disso, é uma forte defensora desse grande movimento.

Neste momento, associo-me a V. Exa., que nos traz a notícia de que Minas Gerais esteve presente em Belém por meio de sua pessoa. Mais uma vez, congratulo-me com V. Exa. por sua representação, por sua inteligência e por tudo o que realiza na Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Que V. Exa. continue sempre com essa determinação e esse firme postulado em defesa dos que necessitam da sua voz, amizade e compreensão. Parabéns, querida Deputada Lúcia Pacífico!

A Deputada Lúcia Pacífico\* - Sinto-me sensibilizada com as palavras do meu colega Dalmo Ribeiro Silva. É assim que entendemos a proteção e a defesa dos direitos do consumidor, que nada mais são que direitos de cidadania. Muito obrigada, colega Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Deputada Lúcia Pacífico, fazendo coro com as palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, cumprimento V. Exa. por esse trabalho persistente, sério e difícil. Não é fácil lutar contra sistemas e remar contra a maré. Quando V. Exa. chegou a esta Casa, tivemos certeza de que a consumidora mineira, que se encontra presente no supermercado, no mercado e no comércio, lutando para evitar os abusos, e nós, consumidores, estaríamos bem representados. Parabéns pelo seu trabalho.

Peço licença a V. Exa. Inscrevi-me para falar, mas parece-me que não haverá tempo. Gostaria de abordar o movimento Grito da Terra, desencadeado em Belo Horizonte.

Os trabalhadores rurais, principalmente os do Norte de Minas - foram 18 ônibus que chegaram a Belo Horizonte -, fizeram uma manifestação pelas ruas de Belo Horizonte, na frente da Assembléia Legislativa e, neste momento, estão às portas do palácio do governo do Estado de Minas Gerais, reivindicando, mostrando, como seres humanos e cidadãos, que não é possível continuar a lutar, do jeito que está, principalmente quando se quer movimentos organizados, pacíficos e com objetivos.

Esse manifesto - Grito da Terra 2005 -, que tem à frente a Fetaemg, é um movimento em que se vê a simplicidade, mas, ao mesmo tempo, a seriedade e a honestidade das pessoas que aqui chegaram. São trabalhadores, como os companheiros Camilo Zuba e João Raimundo, Vereadores de Glauclândia, e Marcelo Brant, Prefeito dessa mesma cidade, além de vários outros companheiros de muitas outras cidades do Norte de Minas. Vieram aqui não dar o grito da terra, mas de socorro.

Quem quer trabalhar pacificamente neste país, com honestidade, com tranquilidade, não encontra ambiente, Lúcia. Somente aquelas pessoas que têm movimento político à frente é que chamam a atenção.

As atitudes, as respostas do governo federal, infelizmente, são acanhadas, não estão atendendo ao trabalhador rural. Vemos, por outro lado, a proliferação de alguns outros movimentos, que agridem as pessoas estabelecidas, que invadem fazendas produtivas, não contribuindo em nada para a solução no campo. Agora, esse trabalhador que faz parte do Grito da Terra, esse movimento que tem as cores da natureza, verde e amarelo, na bandeira, merece uma atenção maior do governo federal.

Vemos aqui um esboço de reforma agrária que, na verdade, não leva a lugar nenhum. O governo federal quer fazer reforma, mas não quer comprar a terra e não quer dar condições para as famílias se assentarem com dignidade. Muitas vezes, ficam em condições subumanas, sem água para beber, sem escola, sem saúde.

Acho que esse grito da terra precisa chegar aos ouvidos e às portas de Brasília, que está muito preocupada com o estrelismo e que não tem uma atitude, uma resposta responsável à altura dos verdadeiros trabalhadores do Grito da Terra.

Há muitas terras neste Estado e neste país que poderão, perfeitamente, ser adquiridas, dentro da ordem, da lei, para abrigar projetos de reforma agrária conscientes, humanos e que dêem resultado.

Aplaudo, então, a presença da Fetaemg, do nosso companheiro Vilso, que é do PDT, nosso partido, pela forma séria, responsável, pacífica da manifestação em que trabalhadores andaram pelas ruas de Belo Horizonte. São pessoas de mão calejadas, acostumadas a pegar na enxada, e não aquelas que fazem movimento político, que querem chamar a atenção às custas de gritos que, políticos, não possuem apelo algum à terra.

Respeito, então, esse movimento. Ponho esse chapéu na cabeça, porque são pessoas sérias, responsáveis, que querem uma oportunidade e um lugar ao sol neste país.

Espero que o Presidente Lula dê uma resposta aos trabalhadores do nosso país. Há ainda tempo para isso. Que ele possa, efetivamente, promover uma reforma agrária responsável nesta nação. Só se faz reforma agrária respeitando o trabalhador; adquirindo terras de forma legal

e dentro da ordem; assentando famílias das pessoas que estão acostumadas a trabalhar a terra, e não as que estão acostumadas a fazer movimento político. Muito obrigado.

A Deputada Lúcia Pacífico\* - Parabênz do Deputado Carlos Pimenta e agradeço-lhe pelo aparte. Uno-me aos trabalhadores nessa manifestação do Grito da Terra.

O Deputado Padre João (em aparte)\* - Nobre Deputada, cumprimento-a pelo discurso.

Aproveito a oportunidade para celebrar os 15 anos da criação do Código de Defesa do Consumidor. Destaco aqui todos os direitos, tanto do consumidor quanto do trabalhador da terra.

O nobre colega Carlos Pimenta, em seu discurso, amplia essa questão, falando do direito de acesso à terra pelo cidadão.

Os companheiros, sobretudo da Fetaemg, clamam também pelo direito de terem assistência técnica. Esse é um gargalo para o desenvolvimento, sobretudo, da agricultura familiar. Os grandes têm condições de ter um engenheiro agrônomo, um técnico, uma orientação adequada, fruto de pesquisas voltadas para a agricultura. Porém, a agricultura familiar ainda não tem assistência técnica que garanta, de fato, esse apoio, um desenvolvimento econômico, social, ambiental e também a dignidade do jovem, do homem e da mulher do campo.

Quero salientar, nobre Deputada Lúcia Pacífico, que a reforma agrária é um grande gargalo. Todos temos direito à terra. Muito se fez de reforma agrária sem dar qualidade aos assentamentos. Hoje, neste país, não se faz reforma agrária sem garantir água potável e energia elétrica no assentamento. É uma conquista inclusive dos gritos da terra. Temos que agradecer a organização dos trabalhadores rurais que estão garantindo o aprimoramento, sobretudo, dos planos e dos programas que vêm fortalecer a agricultura familiar.

Parabéns a V. Exa. Unidos, vamos garantir que o direito seja de fato conquistado no campo e na cidade. Obrigado.

A Deputada Lúcia Pacífico\* - São movimentos legítimos que realmente levam a mudanças. Muito obrigada, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, gostaria de conceder um aparte ao Deputado Antônio Genaro.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte)\* - Ouvi a discussão sobre defesa do consumidor e gostaria de abordar uma questão. Acredito que minha voz é como um grão de areia em uma praia. Vendo o livro de escola da minha filha, observava a parte que mostra a evolução do homem. Primeiro, mostra um macaquinho andando de quatro. Depois, ele aparece tentando andar com duas pernas. Depois, um pouco mais ereto e, por fim, completamente ereto. Somos obrigados, na escola, a aprender essa besteira da evolução do homem. A maior burrice existente sobre a Terra, entre tantas outras, é acreditar na evolução das espécies. Tenho que ver minha filha estudar isso. Nós, cristãos, pagamos impostos. Não temos o direito de modificar o currículo escolar? Não fazem milhões de cadernos como aquele para explicar a evolução do ser que virou pulga ou que virou vaca? Em que momento da evolução uma árvore virou ipê amarelo? Que ser evoluiu para virar vaca, cavalo, elefante, sapo do peçoço curto, girafa do peçoço comprido?

É a maior burrice. Estou à disposição para discutir isso, cientificamente. É uma burrice. Pagamos impostos para essas pessoas ensinarem porcaria para nossas crianças.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Antônio Genaro. Saúde os telespectadores da TV Assembléia e todos que aqui acompanham esta reunião.

Gostaria de usar este espaço hoje para prestar uma justa homenagem não só à primeira Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, mas a todos os irmãos presbiterianos da Capital pela celebração, no próximo domingo, dia 28, dos 93 anos do presbiterianismo em Belo Horizonte.

O presbiterianismo tem suas origens na Reforma Protestante do século XVI. Podemos dizer que o movimento iniciado por Martinho Lutero, na Alemanha, teve um enorme desdobramento na Suíça. Segundo o historiador da Igreja Presbiteriana do Brasil, Rev. Alderi de Souza Matos, "o entendimento de que a reforma suíça foi mais profunda em sua ruptura com a igreja medieval e em seu retorno às escrituras fez com que recebesse o nome de Movimento Reformado, e seus simpatizantes ficassem conhecidos simplesmente como Reformados".

Entre todos esses grandes homens de Deus, um destacou-se especialmente por seu brilhantismo, inteligência, sobriedade e profundidade teológica. João Calvino, o grande reformador de Genebra, influenciou de maneira decisiva o florescimento e a estruturação de todas as igrejas reformadas que surgiram naqueles dias incríveis. Em sua principal obra, "As Institutas da Religião Cristã", encontramos um sistema bíblico de teologia cristã, que depois acabou ficando conhecido como "Calvinismo". É um grande equívoco limitar o pensamento calvinista apenas à doutrina da eleição incondicional ou da predestinação no que tange à salvação.

Podemos dizer que o pensamento de Calvino tinha sempre como base a noção da absoluta soberania de Deus como criador, preservador e redentor do mundo. Deus não é o senhor apenas da vida espiritual do homem, mas de todos os aspectos da vida e da criação. O grande calvinista e ex-Primeiro-Ministro da Holanda, Abraham Kuyper, dizia que nenhuma área de nossas vidas está fora do senhorio de Cristo.

Abro aqui um parêntese para citar um trecho das institutas de João Calvino, que, em meio a um clima tão tenebroso e de tanto descrédito da política, deveria nos alertar de maneira muito profunda quanto à responsabilidade que temos ao exercer aqui nosso ofício. Segundo Calvino: "ninguém deve duvidar que a autoridade civil é uma vocação (...) santa e legítima diante de Deus". Para Calvino, a obrigação dos governantes, de acordo com a palavra de Deus, seria promover a justiça, a segurança e a paz na sociedade. Em seu comentário ao Salmo 82, Versículo 3, "fazei justiça ao fraco e ao órfão, procedei retamente para com o aflito e o desamparado", Calvino nos diz que "um governo justo e bem regulado se distinguirá por preservar os direitos do pobre e dos afligidos". Enfim, o pensamento de Calvino nos lembra que a fonte do trabalho teológico é a escritura, o propósito é a piedade e a área de atuação é toda a vida. Calvino rompeu com uma teologia confinada aos circuitos eclesiais e trouxe de volta o ideal bíblico de uma teologia que tinha desembocadura no dia-a-dia dos cristãos.

É esse pensamento desse grande homem que a Igreja Presbiteriana encontra seu referencial.

O pensamento reformado que se espalhou por vários países da Europa - França, Alemanha, Holanda, Hungria, Polônia, entre outros - também foi levado, pela providência divina, às ilhas britânicas, principalmente à Escócia, onde se destacou um outro grande gigante da fé, John Knox, que acabou ficando conhecido como grande pai do presbiterianismo. Podemos dizer que, se os presbiterianos encontram em João Calvino o referencial em termos de sistematização doutrinária, eles encontram em John Knox o seu referencial em termos de formulação do governo



eclesiástico.

Foi na Escócia e em parte da Inglaterra que se começou a chamar algumas comunidades reformadas de presbiterianas. "O nome Igreja Presbiteriana vem da maneira como a igreja é administrada, ou seja, através de presbíteros eleitos democraticamente pelas comunidades locais. Essas comunidades são governadas por um conselho de presbíteros, e estes oficiais também integram os concílios superiores da igreja, que são os presbitérios, os sínodos e o supremo concílio" (fonte: "site" da ipb).

Aquelas igrejas reformadas não queriam uma igreja governada por Bispos - que eram, naquela época, indicados pelos reis -, e sim por presbíteros eleitos pelas comunidades. Seria aqui desnecessário dizer a influência do modelo presbiteriano para a democracia moderna ocidental e também - porque não dizer? - da separação orgânica entre igreja e Estado, sem, contudo, a igreja deixar de cobrar posições cristãs do Estado.

Também não podemos nos esquecer de que o processo de afirmação do presbiterianismo na Grã-Bretanha foi cercado por um período de tremendas guerras e enorme perseguição religiosa. Inclusive, foi em meio a uma guerra civil que se reuniu, entre 1643 e 1649, a Assembléia de Westminster, que elaborou a Confissão de Fé de Westminster, documento que determinou os padrões presbiterianos de culto, governo e doutrina e que é aceito pela enorme maioria das igrejas presbiterianas espalhadas pelo mundo até hoje, entre elas a Igreja Presbiteriana do Brasil.

Em meio a essas perseguições religiosas, vários presbiterianos migraram para os Estados Unidos, nos séculos XVII e XVIII, o que acarretou o surgimento da Igreja Presbiteriana na América do Norte. Ali o presbiterianismo se consolidou como influente em toda a sociedade. Por exemplo, citando novamente o trabalho do Rev. Alderi, "durante a Revolução Americana, os presbiterianos tiveram uma atuação destacada. O Rev. John Witherspoon (...) que foi Presidente da Universidade de Princeton por 25 anos, foi o único pastor que assinou a Declaração de Independência dos Estados Unidos, em 1776. Muitos presbiterianos lutaram na guerra de independência".

Em 1859, a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos enviou ao Rio de Janeiro o Rev. Ashbel Green Simonton. Há 146 anos, surgia a Igreja Presbiteriana do Brasil, fundada pelo Rev. Simonton, que, embora tenha falecido com apenas 34 anos, devido à febre amarela, deixou um legado que chega até nós. Hoje, segundo dados da Secretaria Executiva do Supremo Concílio, a Igreja Presbiteriana do Brasil possui 474 mil membros em cerca de 2.240 igrejas espalhadas por todos os Estados.

A entrada do presbiterianismo em Minas Gerais não tardou muito. Temos, por exemplo, na Zona da Mata, vários trabalhos já centenários. Em Alto Jequitibá, a primeira igreja já comemorou 103 anos e é uma verdadeira referência e - por que não dizer? - o cartão postal da cidade, juntamente com o Colégio Evangélico. Por aquela igreja já passaram verdadeiros pilares do presbiterianismo, entre os quais gostaria de citar o Rev. Cícero Siqueira, que chegou àquela cidade em 1929 e ali permaneceu até 19/2/63, quando o Senhor o chamou para junto de si. O Rev. Cícero foi uma pessoa admirada não só por suas ovelhas, mas por toda a cidade, que enxergava nele um homem sábio, prudente e temente a Deus.

Praticamente todas as igrejas que compõem o Presbitério do Leste de Minas, Vale do Rio Doce, Itapemirim e Vitória são filhas ou netas da igreja de Alto Jequitibá.

Gostaria também de citar a primeira Igreja Presbiteriana de Manhuaçu, que comemora, este ano, seu centenário. Aproveitamos a oportunidade para parabenizar o Rev. Anderson Sathler e todos os irmãos daquela belíssima igreja, que tive o privilégio de visitar no último domingo, por essa data marcante.

Ao se falar da história do presbiterianismo em Minas Gerais, não poderíamos nos esquecer de lembrar do centenário Instituto Presbiteriano Gammon, da cidade de lavras. Ele foi fundado em 1869 na cidade de Campinas, e foi a primeira escola evangélica do Brasil. O instituto transferiu-se definitivamente para a cidade de Lavras em 1893, pelo esforço abnegado de pessoas como Samuel Rhea Gammon, Carlota Kemper, George Morton, entre outros. Quero aqui saudar esse educandário que tanto enriquece o patrimônio educacional de Lavras e região e que faz jus ao seu lema: "Dedicado à glória de Deus e ao progresso humano".

O trabalho presbiteriano em Belo Horizonte iniciou-se há 93 anos, quando nossa hoje extremamente populosa Capital possuía por volta de 40 mil habitantes. Após uma série de conferências do grande pregador e evangelista Rev. Álvaro Reis, pastor da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, o Presbitério Sul de Minas iniciou o processo de organização de uma congregação presbiteriana em Belo Horizonte, e, no dia 26/8/12, o Rev. Américo Cardoso de Menezes, vindo de Lavras, instalou, na residência do Sr. Francisco Deslandes, primeiro presbítero da 1ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, a Igreja Cristã Presbiteriana de Belo Horizonte.

Desde esse dia, a Igreja Presbiteriana vem fazendo, cada dia mais, parte da vida de Belo Horizonte; começando com a primeira Igreja Presbiteriana situada no cruzamento da Av. Afonso Pena com Getúlio Vargas - que é um referencial em nossa cidade - pastoreada por um dos grandes defensores da fé reformada no Brasil, Rev. Ludgero Bonilha, que está ali desde 1976 e é o atual Secretário Executivo do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, até as pequenas igrejas e congregações que se espalham por todas as partes de Belo Horizonte.

Hoje, graças ao trabalho pioneiro da primeira igreja, já temos 45 Igrejas Presbiterianas em Belo Horizonte e mais 37 na Região Metropolitana, além de várias congregações e pontos de pregação espalhados por toda a nossa Capital.

Cabe ressaltar que, sempre relembando suas raízes, a Igreja Presbiteriana não se limita ao serviço meramente espiritual, mas se destaca como uma verdadeira bênção para a sociedade brasileira, lutando por um mundo melhor e mais justo, baseando-se nos princípios bíblicos, com seus trabalhos de assistência social, e destacando-se, sobremaneira, na área da educação.

Finalizando, parabeno toda a família presbiteriana pelos 93 anos do presbiterianismo em Belo Horizonte, e também a cidade de Belo Horizonte, por ter sido tão abençoada nesses 93 anos pela presença da Igreja Presbiteriana. Gostaria de congratular-me com a primeira Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte e com todos os presbíteros, diáconos e membros da nossa amada Igreja Presbiteriana do Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2005

Objeto: aquisição de 116 "blades" novas para aeronave Xingu. Licitante vencedor: Pratt e Whitney Canada do Brasil Ltda.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2005.

José Geremias Costa, pregoeiro.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elevadores Atlas Schlinder S.A. Objeto: prestação de serviços técnicos especializados de reparos, manutenção e conservação em 12 elevadores instalados no Palácio da Inconfidência e no Edifício Tiradentes. Objeto deste aditamento: prorrogação excepcional, nos termos do § 4º do art. 57, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Vigência: a partir da assinatura, até findar o processo licitatório com vistas a escolha de novo contratado, obedecido o limite de 12 meses. Dotação orçamentária: 33903900.